

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 7 • 1992

DIRECTOR
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CENCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLU); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLU); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Nota: Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda
Impressão da capa: Gráfica Eme Silva, Lda
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Abril de 1992
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P. 1000 Lisboa
Telefones: 76 08 25 • 797 26 61 • 795 51 40
Fax: (1) 76 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

A Arqueologia Urbana em Portugal

Francisco Sande Lemos

Manuela Martins

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

1. Introdução

A expressão *arqueologia urbana*, de circulação limitada às revistas da especialidade na década de setenta, está hoje bastante difundida. No entanto, nem sempre o termo é usado com o devido rigor. Tal como nasceu e evoluiu, nos textos especializados, em particular na Europa do pós-guerra, o conceito deve ser aplicado exclusivamente ao estudo arqueológico das cidades actuais. Não se estende ao estudo de antigas cidades, definitivamente abandonadas num determinado contexto histórico, como Conímbriga, por exemplo. Também encaramos com reserva o seu uso para salvamentos que decorram do crescimento de núcleos populacionais, sem tradição urbana, ou da criação de novas cidades *ex-nihilo*¹. Neste texto utilizaremos o binómio em questão somente para os casos que se relacionam com o estudo da história de cidades vivas, e dos seus arredores.

Aliás, do ponto de vista estritamente técnico, a arqueologia urbana implica métodos próprios que derivam da complexidade estratigráfica dos subsolos das cidades históricas. Os sucessivos níveis de ocupação sobrepõem-se, recortam-se, formando um *puzzle* complexo, que exige registos muito rigorosos e um conhecimento profundo dos materiais de diferentes épocas. No entanto, esta exigência metodológica da arqueologia urbana contrasta abertamente com o tipo de intervenções em geral praticado. De facto, são quase sempre os achados fortuitos a accionar intervenções urbanas, revestindo estas o carácter de emergências. Ora as exigências de rapidez de registo nem sempre são conciliáveis com as necessidades de rigor resultantes da complexidade dos solos urbanos. Por outro lado, nem sempre os salvamentos permitem uma clara compreensão dos testemunhos. Por vezes é necessário aguardar anos antes de ser possível articular os resultados de sondagens feitas numa determinada rua, com os dados obtidos na escavação do interior de uma casa da mesma

¹ Por exemplo é duvidoso que a intervenção de emergência realizada no litoral norte, em Caxinas-Vila do Conde, numa *villa* romana, possa ser considerada uma operação de arqueologia urbana, embora tenha sido uma consequência do crescimento explosivo daquela cidade.

rua. Um outro aspecto específico da arqueologia urbana é o grande valor científico dos solos, em contraste com o reduzido impacto das ruínas, normalmente sacrificadas por séculos de reutilização de pedra aparelhada.

E, no entanto, apesar da sua complexidade e do seu custo, só a arqueologia urbana pode revelar de forma segura a origem de uma dada cidade, comprovando ou desmentindo as teorias sobre a sua fundação, ou hipotéticas interpretações acerca da evolução da trama urbana. Também o quotidiano material, os objectos de uso comum, em diferentes épocas, só podem ser conhecidos de forma cabal através da arqueologia.

São vários os exemplos que podem ilustrar a importância da arqueologia urbana. Citamos alguns. Durante muito tempo escreveu-se sobre o traçado urbano de Braga e acerca da sobrevivência do plano romano na cidade actual, apenas com base na análise da fotografia aérea, ou de antigas referências bibliográficas. Hoje, graças a 14 anos de escavações sistemáticas, conhece-se a orientação exacta dos grandes eixos de *Bracara Augusta* no século I d.C., e sabemos que esses alinhamentos se mantiveram sem alteração até ao fim do Império Romano (GASPAR *et alii*, 1986, 40-41). Também a história da fundação da Sé de Braga se encontra em vias de esclarecimento devido às sondagens que se efectuaram no exterior da sua cabeceira em 1983 (GASPAR, 1985, 51-125) e no seu interior em 1990-1991 (RODRIGUES *et alii*, 1990, 173-188). A presença dos Fenícios no local que depois seria *Olisipo*, foi recentemente revelada pelos trabalhos em curso na Sé de Lisboa.

A importância decisiva da arqueologia urbana para a história das cidades, é um dado assente na generalidade dos países da Europa Ocidental. O estudo sistemático de *Londinium* (MERRIFIELD, 1983), ou as escavações do porto grego de Marselha tornaram-se casos paradigmáticos da arqueologia europeia. Os restos de um porto *viking* descoberto na área envolvente do Parlamento Sueco, em Estocolmo (TROTZIG, 1984, 20-21), ou as sondagens na praça principal de Florença, são imagens expressivas, que testemunham a presença constante da arqueologia urbana no quotidiano das grandes e pequenas cidades da Europa². Dessa importância são testemunho os numerosos colóquios sobre arqueologia urbana e as publicações que de uma forma regular noticiam descobertas, ou as integram no património histórico das cidades³. Em Portugal a situação é bem diversa. Mau grado o crescente interesse dos historiadores em relação ao passado das nossas cidades e à sua evolução⁴, o tema da

² Neste texto abordamos apenas os aspectos relacionados com a salvaguarda e tratamento científico do património arqueológico urbano, excluindo-se as questões que se prendem com a conservação e valorização das ruínas.

³ Citamos entre outros o Colóquio internacional «Archéologie Urbaine», realizado em Tours em 1982, ou o Colóquio sobre o mesmo tema organizado em 1984, em Itália pelo Conselho da Europa, ou ainda «Symposium das Ciudades Augusteas», realizado em Saragoça.

⁴ Exemplo deste interesse é o ciclo de conferências realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1987, sobre o tema «A cidade e a História». Aguarda-se a publicação das respectivas Actas. Veja-se também o Atlas das Cidades Medievais, recentemente editado.

arqueologia urbana foi apenas objecto de um único colóquio, realizado em Setúbal no ano de 1985⁵.

2. Arqueologia Urbana em Portugal

O território que hoje corresponde a Portugal, apesar de se situar na fachada atlântica da Península Ibérica, também sofreu o impacto dos processos urbanísticos que afectaram o Mediterrâneo Ocidental, durante o I milénio a.C. A influência urbanística das culturas orientais e clássicas principiou mais cedo e foi mais intensa na zona Sul do país. Estendeu-se ao Norte no século I a.C.⁶ e generalizou-se sob a ocupação romana, durante a qual foi estabelecida uma sólida rede de núcleos urbanos, alguns dos quais elevados a sede de *Conventus* (ALARCAO, 1988). Não admira pois que a maioria das actuais cidades portuguesas tenham remota origem e que no seu subsolo se conservem os testemunhos materiais dos sucessivos momentos da sua história.

Aliás esses vestígios, devido à escassez das fontes escritas antigas, são quase sempre os únicos disponíveis para reconstituir as fases mais antigas de cidades como Faro (*Ossonoba*), Silves, Mértola (*Mirtilis*), Beja (*Pax Iulia*), Évora (*Ebora*), Setúbal (*Caetobriga*), Lisboa (*Olisipo*), Santarém (*Scalabis*), Tomar (*Sellium*), Coimbra (*Aeminium*), Porto (*Cale*), Viseu, Braga (*Bracara Augusta*), Chaves (*Aquae Flaviae*), para apenas citar as principais⁷.

Durante séculos o crescimento destas cidades foi lento. Os esporádicos achados que ocorriam, de tempos a tempos, foram registados pelos antiquários, desde o século XVI. Só a partir dos anos 60 e 70 (século XX) o crescimento demográfico das cidades portuguesas e a renovação dos seus centros históricos defrontou o Estado, os municípios e a arqueologia com a questão do estudo e salvaguarda das evidências materiais da história urbana.

Os arqueólogos portugueses não desdenharam esta frente de trabalho, nem se furtaram a enfrentar as pequenas e grandes dificuldades de sondagens e escavações

⁵ Poderá também referir-se a experiência algo pioneira do Seminário de Arqueologia Portuense, organizado no Porto em Junho de 1983, cujas Actas foram publicadas na Revista Arqueologia do GEAP (número 10) em 1984. Nesse Seminário fez-se pela primeira vez um balanço da arqueologia urbana em Portugal (LE MOS, 1984, 63-71), tendo sido sugeridas várias propostas para o desenvolvimento deste sector específico da arqueologia.

⁶ Admitimos que a organização ortogonal de algumas das grandes citânias proto-históricas do NO, designadamente de Briteiros e Sanfins (SILVA, 1986), de inspiração mediterrânica possa ser datada dos finais do I milénio a. C.

⁷ Sobre Évora e Faro poderá ver-se entre outros Vasco Mantas (1986, 13-26), sobre Tomar, Salete da Ponte (1986, 43-47), sobre Lisboa, Irisalva Moita e A. Cristina Leite (1986, 55-67), sobre Braga, A. Gaspar *et alii* (1986, 27-42); Delgado *et alii* (1990), sobre Viseu, J. de Alarcão (1989), sobre Santarém, A. Arruda (1983-84, 163-166) e Vasco Mantas (1986, 13-26). Sobre o conjunto destas cidades poderá ainda consultar-se J. de Alarcão (1988 e 1990).

em áreas urbanas. No nosso país fizeram-se sérios esforços para desenvolver uma política estruturada nesse domínio, esforços pouco conhecidos, cujo registo se perde nos arquivos dos jornais diários e semanários, e nos volumosos processos arquivados no IPPC⁸.

Quando em 1976 se arrancou com o Salvamento de *Bracara Augusta*, projecto pioneiro em variadíssimos aspectos, não existia praticamente arqueologia urbana em Portugal (DELGADO *et alii*, 1989). Posteriormente desenvolveram-se vários projectos com a mesma natureza. A sul do Tejo, podemos referir os casos de Setúbal, Évora, Beja, Mértola, Faro e Silves. O projecto de Setúbal graças ao Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Os de Évora e Beja, com o apoio directo do Serviço de Arqueologia do IPPC. Os de Mértola e Silves, graças ao decidido interesse dos respectivos municípios. Aliás estes dois projectos desenvolveram-se de forma progressiva, dando origem à formação de equipas locais, e à acumulação de conhecimentos e materiais que permitiram o lançamento de museus. Em Faro destacamos o empenho da Unidade de Arqueologia da Universidade do Algarve, responsável por várias intervenções urbanas.

Lisboa, em sentido amplo, abarcando os municípios de Loures, Vila Franca de Xira, Amadora, Oeiras, pode considerar-se como a área cujo crescimento urbanístico mais destruições provocou. Por condicionalismos ecológicos, a península de Lisboa, com as suas margens abrigadas, pequenas colinas, foi um local de eleição para o assentamento dos *habitats* humanos, desde a Pré-História Antiga (Paleolítico). Em torno da cidade de Lisboa conheciam-se dezenas de sítios arqueológicos, e outros tantos haveria para descobrir, se fossem efectuadas prospecções sistemáticas⁹. Muitos dos locais conhecidos desapareceram nas terraplanagens dos bairros-dormitórios. Alguns monumentos, de maior dimensão, e que sobreviveram, como o Dólmen do Monte Abraão (Queluz ocidental) estão hoje cercados por muralhas de imóveis e votados ao abandono.

Não será exagero afirmar que hoje qualquer estudo da zona de Lisboa, seja no âmbito da Pré-História, seja de *Olisipo* e do seu território, se debaterá com graves lacunas. Qualquer mapa terá grandes espaços em branco, absolutamente irrecuperáveis.

Na cidade propriamente dita houve alguns ensaios, como as escavações do Teatro Romano de Lisboa, mas contam-se mais as destruições do que os salvamentos. Uma grave destruição foi perpetrada durante a abertura do túnel do metro, na zona da Praça da Figueira (MOITA e LEITE, 1986, 55-68). De uma importante necrópole romana restam apenas algumas peças e alguns textos.

⁸ São poucos os textos genéricos ou de reflexão sobre a arqueologia urbana em Portugal. Entre outros, pode-se consultar F. Sande Lemos (1984, 63-70) e António Carlos Silva (1986, 7-11).

⁹ Durante os primeiros anos da década de 70 efectuámos diversas prospecções nos arredores de Lisboa, e descobrimos sítios arqueológicos, que nunca foram objecto de trabalhos de envergadura, como exigiria o seu interesse.

ESTADO DA QUESTÃO

Nestes últimos anos sucederam-se intervenções de certa monta, mas orientadas para trabalhos ou projectos de grande impacte público, acarinhados pelo poder político: nos anos 70 na casa dos Bicos (escavação integrada no âmbito da XVII Exposição) (CLEMENTINO, 1982; DUARTE e CLEMENTINO, 1986, 143-154); ao dobrar a década no Centro Cultural de Belém, onde têm sido escavados restos de um porto da Idade Moderna. Estas escavações, com resultados superpublicitados pelos *mass media* escondem uma realidade diária bem diversa, caracterizada pela destruição generalizada e sistemática dos solos urbanos, sem que muitas vezes dela se tenha qualquer conhecimento.

O Teatro Romano, projecto de grande fôlego, iniciado nos anos sessenta, foi recentemente retomado, com resultados muito positivos¹⁰.

No Centro do país destacam-se as intervenções efectuadas nas cidades de Tomar, Coimbra e Viseu. Em Tomar as escavações realizadas determinaram o local de assentamento da cidade romana, na margem esquerda do Nabão, tendo sido exumada parte do Fórum da urbe (PONTE, 1986, 43-48). Os dados disponíveis sobre a cidade romana de Viseu foram ordenados num trabalho de síntese da responsabilidade de Jorge de Alarcão (1989). Em *Aeminium*, a mais interessante área de trabalho relaciona-se com o criptopórtico romano sobre o qual assenta o Museu Machado de Castro (OLEIRO e ALARCÃO, 1973, 349-369; ALARCÃO, 1988, 110).

No Norte de Portugal, as intervenções arqueológicas em meio urbano, com carácter contínuo, têm-se limitado às cidades de Braga e Porto.

Em Braga iniciou-se nos anos setenta (1976) o primeiro salvamento urbano de larga escala realizado no nosso país e cuja dimensão ainda não foi igualada, projecto que persiste apesar de todas as vicissitudes, reveladoras da incapacidade das autoridades centrais e locais para compreender a arqueologia urbana (DELGADO *et alii*, 1989). As escavações anualmente realizadas desde 1976 permitiram exumar edifícios públicos da época romana, como as Termas do Alto da Cividade, *insulae*, e acumular um extraordinário volume de dados, que está a ser explorado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (DELGADO *et alii*, 1990)¹¹.

No estudo arqueológico da cidade do Porto podem distinguir-se duas fases. Nos anos trinta houve um surto de intervenções, mas os seus resultados foram inconclusivos (GONÇALVES, 1984, 18-21; BARROCA, 1984, 21-29). Em 1980 realizaram-se sondagens na Praça da Ribeira (SILVA, 1984, 72-74). O Seminário de Arqueologia Portuense, celebrado em 1983, não só permitiu reunir dados dispersos e publicar textos inéditos acerca de achados e sondagens, como também coincidiu com um novo surto de trabalhos. No conjunto, os resultados alcançados, mesmo nas mais

¹⁰ Sobre o Teatro Romano de Lisboa veja-se J. de Alarcão (1982, 287-302).

¹¹ Limitamo-nos a citar um texto de síntese, recentemente publicado. Na revista *Cader-nos de Arqueologia*, de que já saíram a lume 4 volumes, existe uma secção denominada *Salvamento de Bracara Augusta*, onde têm sido divulgados os resultados das escavações anualmente realizadas.

pequenas intervenções, demonstram o interesse das sondagens em zonas urbanas. As sondagens levadas a cabo no Morro da Sé (REAL *et alii*, 1985-86), para além dos dados que carream para o conhecimento da História medieval, revelaram níveis de ocupação do Bronze Final e da Idade do Ferro. Nos últimos dois anos tiveram especial dimensão os trabalhos relacionados com grandes projectos de restauro, designadamente do Castelo da Foz, do Convento de S. Bento da Vitória e do Tribunal da Relação.

Noutras cidades do Norte realizaram-se sondagens esporádicas, com resultados desiguais. Apesar do interesse arqueológico de Chaves, cidade fundada na dinastia flávia (meados do século I d.C.), apenas se realizaram alguns trabalhos, que permanecem inéditos. Em Guimarães efectuaram-se diversas sondagens e amplas escavações na sua área de influência imediata.

Porém tal como em Chaves os resultados apenas foram divulgados de forma muito parcial.

Em Bragança e Vila Real realizam-se obras e intervenções nos centros históricos, sem qualquer acompanhamento ou parecer prévio de arqueólogos.

3. As Dificuldades da Arqueologia Urbana em Portugal

Malgrado o quadro que acabamos de traçar, e que permite supor que a arqueologia está a contribuir para o conhecimento da história das cidades portuguesas, aos observadores mais atentos não passará despercebido que todo esse esforço é arritmico e perfeitamente desproporcionado em relação ao que seria necessário fazer.

Pode mesmo afirmar-se, sem receio de séria contestação, que ao entrar nos anos noventa, e após duas décadas sucessivas de acelerado crescimento económico do país e de um notório crescimento das cidades, a arqueologia portuguesa não conseguiu responder ao desafio de salvar e estudar as estruturas e vestígios existentes no subsolo dos centros urbanos do nosso país. A renovação e o alargamento das cidades, seja no litoral seja no interior, provocou numerosas destruições de vestígios, muitas vezes os mais esclarecedores, perdendo-se para sempre uma volumosa e preciosa informação. A percentagem de registos arqueológicos efectuados, mesmo nas cidades onde operam equipas permanentes é insuficiente. Por outro lado, as intervenções arqueológicas nas cidades nunca adquiriram de facto o estatuto de Arqueologia Urbana, nem mesmo no caso do Salvamento de *Bracara Augusta*, o maior em curso no nosso país (GASPAR *et alii*, 1986, 27-33). De facto, esse estatuto exigiria meios financeiros e infra-estruturas humanas ao dispor das entidades responsáveis pelos salvamentos, sejam elas Universidades, Câmaras Municipais ou os próprios Serviços do IPPC. Numa fase inicial, na segunda metade da década de setenta e nos primeiros anos de oitenta, houve um ensaio de resposta, que progressivamente se foi diluindo face às enormes dificuldades que os salvamentos urbanos oferecem. Na prática aquilo que se pode chamar em Portugal de Arqueologia Urbana mais não é do que

ESTADO DA QUESTÃO

o somatório de um conjunto de intervenções de emergência que não raro pouco acrescentam ao conhecimento da malha urbana antiga. O crescimento anárquico das cidades, feito quase sempre à margem de planos de urbanização aprovados, impede acções programadas, mesmo nos sítios onde existem equipas de intervenção, transformando todas as escavações em emergências, por vezes de enorme amplitude. A ausência de diálogo entre os responsáveis municipais e os arqueólogos, e a fragilidade da cobertura legal respeitante ao património arqueológico, impede o desenvolvimento de projectos consequentes para o estudo das nossas cidades, que poderiam em muitos casos minimizar os custos das situações de emergência.

O panorama actual é pior do que aquele que se registava cinco anos atrás, quando se celebrou em Setúbal o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana e se fez um primeiro balanço sobre este tipo de intervenções. As recomendações aí aprovadas não tiveram qualquer sequência, ou mesmo impacte a nível da opinião pública. Também não surgiram novos projectos de grande fôlego, salvo do Teatro Romano de Lisboa. Entretanto, os projectos nascidos nos anos setenta debatem-se com crescentes dificuldades. O número absoluto e relativo de intervenções arqueológicas em meio urbano tende a diminuir, seja por falta de entusiasmo, seja por escassez de meios humanos, seja por mingua de subsídios.

Na zona meridional do país, no Relatório divulgado pelo ex-Serviço de Arqueologia do Sul¹², reconhece-se que «esta situação é particularmente preocupante em meio urbano, nomeadamente em centros históricos» (SILVA, 1989, 5). Nesta conjuntura, aquele serviço limitou-se a dar continuidade às escavações das ruas de Burgos (Évora) e de Sembrano (Beja), que incidem sobre conjuntos edificados romanos das antigas *Ebora* e *Pax Iulia*. No Relatório do Departamento Central, relativo ao mesmo ano, ignora-se pura e simplesmente esta vertente da actividade arqueológica.

O quadro desolador deste fim de década em Portugal contrasta com o crescente desenvolvimento da arqueologia urbana nos países da Europa ocidental e central. Em Portugal, nem na política da Secretaria de Estado da Cultura, nem nos municípios se encontra o mínimo eco da crescente atenção que os restantes países do ocidente da Europa, Espanha, França, Inglaterra e Itália, em particular, dedicam à salvaguarda e estudo do património urbano.

As dificuldades com que a arqueologia urbana portuguesa tem deparado resultam de um feixe de problemas que se cruzam entre si, produzindo efeitos diversos, mas que radicam em meia dúzia de causas:

- políticas municipais dominadas pela obsessão do crescimento e de um suposto progresso material, que remetem para segundo plano a História e a

¹² Os Serviços Regionais de Arqueologia (Norte, Centro e Sul) do IPPC, foram extintos em 1990, com a publicação da Lei Orgânica do IPPC.

Arqueologia; a geração de autarcas que enfrentou o problema do lançamento das infra-estruturas básicas (saneamento, ruas, estradas, habitação, desenvolvimento industrial e comercial) tende a considerar o estudo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos como um aspecto menor, não raro desprezível; esta perspectiva parece atravessar todos os partidos e ideologias políticas;

- políticas governamentais de património cultural, estatizantes, burocratizadas, ou dirigidas prioritariamente para sectores mais prestigiados da cultura como Museus, Palácios e Conventos, relegando para segundo plano o conhecimento científico; nesta perspectiva obsoleta os programas de investigação dos solos urbanos são considerados secundários, pois não se lhe reconhece uma rentabilidade imediata;
- a incapacidade do sector de arqueologia do Estado (dependente da Secretaria de Estado da Cultura), que por lei tem competência para tal, em definir políticas autónomas, objectivos concretos, oscilando assim entre os grandes projectos impostos por motivos políticos e o marasmo burocrático;
- o predomínio anacrónico de perspectivas estatizantes, que bloqueiam uma das soluções mais óbvias para os problemas da arqueologia urbana: a formação de gabinetes privados ou cooperativas que com o apoio conjunto das autarquias e da Administração Central se encarregassem de salvamentos, escavações e acompanhamentos de obras, exigidos pela renovação dos centros históricos;
- o isolamento a que se remeteram os diversos projectos de arqueologia urbana, isolamento que apenas foi quebrado com o I Colóquio de Arqueologia Urbana, celebrado em 1985;
- o bloqueio que tolhe a Lei de Bases do Património Cultural; esta Lei Fundamental contempla expressamente o caso específico dos solos arqueológicos urbanos, mas nunca houve vontade ou capacidade para avançar com os indispensáveis decretos regulamentares.

O projecto de Salvamento de *Bracara Augusta* é hoje um exemplo esclarecedor destes diferentes factores de bloqueamento. De ano para ano, as dificuldades acumularam-se sem soluções, atingindo o paradoxismo (DELGADO *et alii*, 1989, 3-24). Se em 1976 existia o problema do crescimento da cidade para leste e oeste, a partir de 1988 a este problema acrescenta-se o processo de revitalização do centro histórico, processo que assume crescentes dimensões, pondo em risco o solo arqueológico numa zona sensível da cidade em que se sobrepõem os estratos das cidades romana e medieval.

5. O Futuro da Arqueologia Urbana em Portugal

Em nosso entender existem soluções para eliminar os bloqueios referidos e inverter a marcha cega e suicida para a destruição irrevogável dos solos urbanos.

Adiantamos algumas ideias: criação de um grupo vocacionado para pressionar o Governo, formado pelos responsáveis dos principais projectos de arqueologia urbana; envolvimento decidido da Secretaria de Estado da Cultura, através dos seus serviços de arqueologia, numa política intransigente de salvaguarda dos solos arqueológicos; criação de departamentos municipais de arqueologia nas cidades cujo subsolo urbano é especialmente rico, ou a criação de equipas permanentes de Arqueologia Urbana, no quadro de projectos de médio prazo, com fundos provenientes de diversas entidades, incluindo as empresas envolvidas em operações imobiliárias; desenvolvimento de contactos entre arqueólogos e a Associação dos Arquitectos, para que sejam definidas regras deontológicas de cooperação entre os dois grupos de profissionais, sempre que estejam em causa projectos que envolvam Centros Históricos; adopção de medidas legislativas que permitam desburocratizar as autorizações, pareceres, e simplificar a apreciação de projectos, em áreas urbanas; consignação de uma linha própria de financiamento para os projectos de Arqueologia Urbana, no Orçamento do Estado.

Contudo, este conjunto de propostas, de custo financeiro razoável e viável, adequado aos recursos humanos disponíveis em Portugal, quer outras que venham a ser expressas por individualidades ou instituições interessadas no assunto, parecem ter à partida escassas probabilidades de se concretizarem a curto prazo. As estruturas estatais criadas para salvar o património arqueológico jazem paralisadas, embaraçadas em rotinas burocráticas, ou dispersas por projectos da mais variada natureza. Os municípios continuam a ser dirigidos pela geração dos políticos que se afirmou na óptica do crescimento e do progresso a todo o custo. O nível de sensibilidade da opinião pública é ainda muito baixo. Os órgãos da comunicação social revelam uma aflitiva falta de preparação para abordar os temas de arqueologia, limitando-se, no geral, aos aspectos mais sensacionalistas. Depois, os problemas da Arqueologia Urbana, embora específicos, não podem ser desligados do conjunto da actividade arqueológica nacional, para a qual não existe qualquer política de fundo.

Admitimos, embora com sérias reservas, que alguns destes índices melhorem num futuro próximo, ao longo da década ora iniciada. Numa perspectiva optimista pode-se esperar que no final dos anos noventa já exista um quadro jurídico adequado e que os projectos de investigação e de conservação recebam o apoio merecido. Pode-se mesmo ter esperança que por essa altura já vigore uma diferente mentalidade entre os quadros políticos renovados.

Entretanto, nos próximos anos, assistiremos certamente ainda a um crescendo de destruições e bloqueios com efeitos desastrosos, entre os quais se destaca a inevitável perda de grandes volumes de informação, incluindo dados vitais para o conhecimento da história das cidades portuguesas.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de — «O Teatro Romano de Lisboa», *Actas del Symposio: El Teatro en la Hispania Romana*, Badajoz (1982), 287-302.
— *Roman Portugal*, 1, Aris & Phillips, Warminster (1988).
— *A cidade romana de Viseu*, Viseu (1989).
— (coord.) *O Domínio Romano. Portugal das Origens à Romanização*, Editorial Presença (1990), 345-490.
- AMARO, C. — «A Casa dos Bicos», *Arqueologia*, 6 (1982), Porto, 96-111.
- ARRUDA, A. M. — Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984, *Clio-Arqueologia*, 1983-1984, 163-166.
- BARROCA, M. — «As Escavações de Mendes Correia na Cividade (1932) e as Origens da Cidade do Porto», *Arqueologia*, 10 (1984), Porto, 21-29.
- DELGADO, M. *et alii* — «Dossier — Salvamento de *Bracara Augusta*», *Fórum*, 6 (1989), Braga, 3-41.
— *Bracara Augusta. Roteiro Arqueológico*, Braga (1990).
- DUARTE, A. L. e AMARO, Clementino — «Casa dos Bicos. A Cidade e a Arqueologia», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 143-154.
- GASPAR, Alexandra — «Escavações Arqueológicas na Rua da Senhora do Leite, em Braga», *Cadernos de Arqueologia*, série II, 2 (1985), Braga, 51-126.
— *et alii*, «O Salvamento de *Bracara Augusta*. Reflexões. Balanço dos Conhecimentos», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 27-42.
- GONÇALVES, A. A. Huet — «O Diário das Escavações do Prof. Dr. Mendes Correia na Cividade do Porto», *Arqueologia*, 10 (1984), 18-21.
- LEMONS, Francisco de Sande — «Arqueologia Urbana em 1983: Propostas de Trabalho para a Zona Norte», *Arqueologia*, 10 (1984), Porto, 63-71.
- MANTAS, Vasco Gil — «Arqueologia urbana e fotografia aérea. Contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 13-26.
- MOITA, Irisalva e LEITE, A. C. — «Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 55-68.
- OLEIRO, J. M. B. e ALARCÃO, J. de — «Le cryptoportique d'*Aeminium*», *Actes du Colloque sur les cryptoportiques dans l'architecture romaine*, Roma (1973), 349-369.
- PONTE, Salette da — «Inserção do Fórum de *Sellium* no Tecido Urbano de Tomar», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 43-48.
- RALPH, Merrifield — *London. City of the Romans*. Batsford Ltd., Londres (1983).

ESTADO DA QUESTÃO

- REAL, M. L. *et alii* — «Escavações arqueológicas no Morro da Sé», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 3/4, Porto (separata) (1985-86).
- SILVA, A. C. — «A Cidade e a Arqueologia», *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (1986), Lisboa, 7-11.
- *Relatório de Actividades do Serviço Regional de Arqueologia do Sul*, 1989.
- SILVA, Armando C. F. — «Sondagem Arqueológica na Praça da Ribeira», *Arqueologia*, 10 (1984), Porto, 72-75.
- TROTZIG, Gustaf — «Sous le Parlement de Stockholm», *Un Avenir pour Notre Passé*, 23 (1984), 20-21.